



Companhia Energética Nardini

Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2024

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionista da
Companhia Energética Nardini
Vista Alegre do Alto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Nardini (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de maio de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 18 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-044415/F

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC 1SP-216386/O-T

Ativo	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e equivalente de caixa	9	38	85
Contas a receber de clientes	10	3.901	-
Estoques - Custos de manutenção a apropriar	19	5.449	6.917
Partes relacionadas	11	16.467	17.714
Tributos a recuperar	12	79	1.138
Outros ativos		<u>129</u>	<u>25</u>
Total do ativo circulante		<u>26.063</u>	<u>25.879</u>
Tributos a recuperar	12	<u>1.482</u>	<u>122</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>1.482</u>	<u>122</u>
Imobilizado	13	<u>27.064</u>	<u>28.608</u>
Total do ativo não circulante		<u>28.546</u>	<u>28.730</u>
Total do ativo		<u><u>54.609</u></u>	<u><u>54.609</u></u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores	14	983	1.339
Tributos a recolher	15	187	31
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	95	8
Salários e encargos sociais	16	<u>614</u>	<u>501</u>
Total do passivo circulante		<u>1.879</u>	<u>1.879</u>
Provisão para demandas judiciais	18	<u>93</u>	<u>93</u>
Total do passivo não circulante		<u>93</u>	<u>93</u>
Patrimônio líquido	19		
Capital social		43.864	43.864
Reserva legal		<u>8.773</u>	<u>8.773</u>
Total do patrimônio líquido		<u>52.637</u>	<u>52.637</u>
Total do passivo		<u>1.972</u>	<u>1.972</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>54.609</u></u>	<u><u>54.609</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	20	71.685	70.547
Custo dos produtos vendidos	21	<u>(33.198)</u>	<u>(34.208)</u>
Lucro bruto		38.487	36.339
Despesas gerais e administrativas	21	(27)	(37)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	<u>(14)</u>	<u>513</u>
Lucro operacional		<u>38.446</u>	<u>36.815</u>
Receitas financeiras		3	2
Despesas financeiras		<u>(6)</u>	<u>(6)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(3)</u>	<u>(4)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>38.443</u>	<u>36.811</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>(2.273)</u>	<u>(2.453)</u>
Resultado do exercício		<u><u>36.170</u></u>	<u><u>34.358</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	31/03/2024	31/03/2023
Resultado do exercício	36.170	34.358
Resultado abrangente total	<u>36.170</u>	<u>34.358</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de abril de 2022	43.864	8.027	-	51.891
Resultado do exercício	-	-	34.358	34.358
Constituição de reserva legal	-	746	(746)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(33.612)	(33.612)
Saldos em 31 de março de 2023	<u>43.864</u>	<u>8.773</u>	<u>-</u>	<u>52.637</u>
Saldos em 1º de abril de 2023	43.864	8.773	-	52.637
Resultado do exercício	-	-	36.170	36.170
Distribuição de dividendos	-	-	(36.170)	(36.170)
Saldos em 31 de março de 2024	<u>43.864</u>	<u>8.773</u>	<u>-</u>	<u>52.637</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		38.443	36.811
Ajustes de:			
Depreciação	13	2.486	2.536
Valor residual de ativo imobilizado vendido/baixado	22	7	(612)
Constituição (reversão) de provisão para demandas judiciais	22	-	93
Variação no capital circulante			
Contas a receber de clientes		(3.901)	-
Custos de manutenção a apropriar		1.468	(1.384)
Adiantamento a fornecedores		(34.923)	(36.753)
Tributos a recuperar		(301)	(251)
Outros ativos		(104)	-
Fornecedores		(353)	721
Tributos a recolher		156	11
Salários e encargos sociais		113	47
Fluxo de caixa antes de juros, imposto de renda e contribuição social pagos		3.091	1.219
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.186)	(2.453)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		<u>905</u>	<u>(1.234)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado - partes relacionadas	22	399	2.000
Aquisição de imobilizado e intangível	14	(1.351)	(737)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		<u>(952)</u>	<u>1.263</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa, líquidos	9	(47)	29
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	9	85	56
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		<u>38</u>	<u>85</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Nardini (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem sua sede na Fazenda Vista Alegre, km 2,5 da Rodovia SP323, bloco Cogeração, sala “A” na cidade de Vista Alegre do Alto (SP), Brasil. A Companhia foi constituída como subsidiária integral da sociedade Nardini Agroindustrial Ltda.

O exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 18 de junho de 2024. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como energia elétrica gerada não foram auditadas pelos auditores independentes.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 f(iii) - Vida útil de ativo Imobilizado;
- Nota explicativa nº 17 - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social.
- Nota explicativa nº 18 - Reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de abril de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

CPC 50 - Contratos de seguro

O CPC 50 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração;

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Definição de estimativas contábeis - Alterações ao CPC 23

As alterações ao CPC 23 esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Divulgação de políticas contábeis - Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis

As alterações ao CPC 26 (R1) fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, uma vez que já divulga apenas as políticas contábeis materiais em suas demonstrações financeiras.

Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro

As alterações ao CPC 32 estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois - Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro

As alterações ao CPC 32 foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Venda de energia elétrica

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem descontos obtidos de fornecedores.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros.

c. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Custos de manutenção (Custos a apropriar)

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como estoque - custos a apropriar e apropriados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados por regime de competência de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário/aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos de manutenção

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais de depreciação, para o exercício corrente e comparativos estão mencionados na nota explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Instrumentos
patrimoniais a VJORA**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento***Ativos financeiros***

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido.

A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, ou destinado para futuro aumento de capital, com reconhecimento no patrimônio líquido da Companhia, após determinada pela controladora.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas de créditos esperadas sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual às perdas de créditos esperadas para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perdas de créditos esperadas para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual às perdas de créditos esperadas para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de créditos esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perdas de créditos esperadas é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de créditos esperadas

As perdas de créditos esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de créditos esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de créditos esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 06: Passivo de locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, foram emitidas alterações ao CPC 06 para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, foram emitidas alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 (R1) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)

Em maio de 2023, foram emitidas alterações CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que a Companhia não possui operações de cessão de créditos com fornecedores.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e bancos	38	85
	<u>38</u>	<u>85</u>

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na nota explicativa nº 21.

10 Clientes a receber

	31/03/2024	31/03/2023
De terceiros	788	-
De partes relacionadas	3.113	-
	<u>3.901</u>	<u>-</u>

11 Partes relacionadas

a. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria, eleitos trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não remunera e não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo, os quais são pagos através da controladora da Companhia.

b. Principais saldos

Ativo circulante	Saldos	
	31/03/2024	31/03/2023
Nardini Agroindustrial Ltda.		
Clientes a receber	3.113	-
Adiantamentos a fornecedores (i)	16.467	17.714
	<u>19.580</u>	<u>17.714</u>

- (i) Saldo referente a adiantamento para compra de bagaço de cana de açúcar para geração de energia elétrica conforme contrato acordado entre as partes.

c. Transações

	31/03/2024	31/03/2023
Nardini Agroindustrial Ltda.		
Venda de produtos e serviços	46.489	36.375
Compra de produtos e serviços	(10.778)	(11.109)
Dividendos pagos	(36.170)	(33.612)

12 Tributos a recuperar

a. Composição

	31/03/2024	31/03/2023
ICMS (i)	1.429	1.057
ICMS sobre compra de imobilizado	122	193
IPI	10	10
	<u>1.561</u>	<u>1.260</u>
Ativo circulante	79	1.138
Ativo não circulante	1.482	122

- (i) Oriundo dos créditos de insumos industriais utilizados na fabricação de energia elétrica.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções orçamentárias e dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

13 Imobilizado

a. Composição

	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
Em 1º de abril de 2022					
Custo ou valor estimado	14.339	33.493	72	297	48.201
Depreciação acumulada	(1.437)	(14.749)	(62)	-	(16.248)
	<u>12.902</u>	<u>18.744</u>	<u>10</u>	<u>297</u>	<u>31.953</u>
Adições	-	22	-	557	579
Baixas de imobilizado	-	(1.382)	(6)	-	(1.388)
Transferências entre grupos	-	355	7	(362)	-
Depreciação	(345)	(2.186)	(5)	-	(2.536)
Em 31 de março de 2023					
Custo ou valor estimado	14.339	31.997	71	492	46.899
Depreciação acumulada	(1.782)	(16.444)	(65)	-	(18.291)
	<u>12.557</u>	<u>15.553</u>	<u>6</u>	<u>492</u>	<u>28.608</u>
Adições	-	53	-	1.295	1.348
Baixas do imobilizado	-	(406)	-	-	(406)
Transferência entre grupos	722	1.065	-	(1.787)	-
Depreciação	(345)	(2.135)	(6)	-	(2.486)
Em 31 de março de 2024					
Custo ou valor estimado	15.061	32.475	71	-	47.607
Depreciação acumulada	(2.127)	(18.345)	(71)	-	(20.543)
	<u>12.934</u>	<u>14.130</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.064</u>
Taxa anual de depreciação - %	2,5	11,6	16,2	-	-
Vida útil média - em anos	40	8,6	6,2	-	-

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

De acordo com o NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Empresa precisa avaliar, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar necessidade de teste sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação é baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças de condições do mercado, dentre outros.

A Empresa em 31 de março de 2024, considerando as atuais informações, não identificou necessidade de registro de provisão.

14 Fornecedores

	31/03/2024	31/03/2023
De imobilizado	-	3
Diversos		
De terceiros	983	1.336
	<u>983</u>	<u>1.339</u>

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 23.

a. Conciliação efeito caixa das compras de imobilizado e intangível

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial fornecedores de imobilizado	3	161
Compras (nota 13)	1.348	579
Saldo final fornecedores de imobilizado	-	(3)
Efeito caixa	<u>1.351</u>	<u>737</u>

15 Tributos a recolher

	31/03/2024	31/03/2023
INSS	36	1
Imposto sobre serviços	12	15
Cofins	96	7
IRRF	3	2
PIS	21	1
Outros	19	5
	<u>187</u>	<u>31</u>

16 Salários e encargos sociais

	31/03/2024	31/03/2023
Salários	131	93
Férias e 13º salário	269	240
Encargos sobre folha de pagamento	117	83
Encargos sobre férias e 13º salário	97	85
	<u>614</u>	<u>501</u>

17 Imposto de renda e contribuição social
(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pelas alíquotas combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é demonstrada como segue:

31 de março de 2024	Imposto de renda	Contribuição social
Receita com venda de produtos	74.537	74.537
Alíquotas de presunção - %	8%	12%
	<u>5.963</u>	<u>8.944</u>
Outras Receitas - 100%	3	3
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	5.966	8.947
Alíquota vigente	25%	9%
	<u>(1.492)</u>	<u>(805)</u>
Ajuste para alíquota efetiva		
Diferencial de alíquota	<u>24</u>	<u>-</u>
	<u>(1.468)</u>	<u>(805)</u>
No resultado do exercício	<u>(2.273)</u>	<u>(805)</u>

31 de março de 2023	Imposto de renda	Contribuição social
Receita com venda de produtos	73.421	73.421
Alíquotas de presunção - %	8%	12%
	5.874	8.811
Outras Receitas - 100%	5	5
Ganho de capital na alienação de imobilizado	619	619
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	6.498	9.435
Alíquota vigente	25%	9%
	(1.624)	(849)
Ajuste para alíquota efetiva		
Diferencial de alíquota	20	-
	(1.604)	(849)
No resultado do exercício	(2.453)	

(b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Acionista	31/03/2024	31/03/2023
IRPJ	60	4
CSLL	35	4
	95	8

18 Provisão para demandas judiciais

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de reclamação trabalhista. A provisão para perda foi constituída em R\$ 93 com base na opinião de seus assessores jurídicos que consideram provável ou mais que possível o risco de perdas com essa ação.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2024 e 2023 é de R\$ 43.864, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 43.863.806 ações ordinárias e nominativas.

Acionista	31/03/2024	31/03/2023
Nardini Agroindustrial Ltda.	43.864	43.864
	43.864	43.864

b. Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No exercício findo em 31 de março de 2024 não houve constituição de reserva legal uma vez que o limite de 20% do capital social foi atingido.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Em 31 de março de 2024 houve o pagamento de dividendos no montante de R\$ 36.170 (R\$ 33.612 em 31 de março de 2023) devidamente aprovada em ato societário em 28 de março de 2024, correspondentes ao total do lucro apurado, uma vez que a reserva legal constituída até o exercício findo em 31 de março de 2023 totalizou 20% do capital social subscrito.

20 Receita operacional líquida
a. Fluxos da receita

A Companhia gera receita principalmente pela venda energia elétrica.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	31/03/2024	31/03/2023
Receita bruta	74.537	73.369
Imposto sobre as vendas	(2.852)	(2.822)
	<u>71.685</u>	<u>70.547</u>

b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Receita bruta de energia por tipo de contrato:

	31/03/2024	31/03/2023
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	17.819	32.367
Mercado Livre	8.746	3.102
Partes relacionadas (i) (Nota 10)	47.972	37.900
	<u>74.537</u>	<u>73.369</u>

(i) As receitas com partes relacionadas líquida de impostos é R\$ 46.489 (R\$ 36.375 em 31 de março de 2023).

Tipo	Energia contratada (MWh)	Preço contratado (MWh)	Índice de reajuste	Mês de Reajuste
CCEE	68.928	258,52	IPCA/IGPM	Janeiro
Mercado livre	92.626	94,42	-	-
Partes relacionadas	94.806	243,12	IPCA	Abril

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos. A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/03/2024	31/03/2023
Mercado interno		
Energia elétrica -Terceiros	26.565	35.469
Energia elétrica - Partes relacionadas	23.049	17.890
Energia térmica (vapor) - Partes relacionadas	24.923	20.010
Total de mercado interno	<u>74.537</u>	<u>73.369</u>
Tributos sobre as vendas	(2.852)	(2.822)
Receita líquida	<u>71.685</u>	<u>70.547</u>

21 Custos e despesas por natureza

	31/03/2024	31/03/2023
Salários	(3.138)	(3.081)
Serviços prestados por terceiros	(1.417)	(2.087)
Biomassa	(13.572)	(11.353)
Energia elétrica	(705)	(835)
Produtos químicos	(1.585)	(2.115)
Manutenção em equipamentos	(1.705)	(4.402)
Apropriação de custos de entressafra	(6.917)	(6.914)
Depreciação	(1.873)	(1.698)
Outras despesas	(2.313)	(1.760)
	<u>(33.225)</u>	<u>(34.245)</u>
Classificadas como:		
Custos de produtos vendidos	(33.198)	(34.208)
Despesas gerais e administrativas	(27)	(37)
	<u>(33.225)</u>	<u>(34.245)</u>

22 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/03/2024	31/03/2023
Receita na venda de bens do ativo imobilizado - partes relacionadas	399	2.000
Valor residual na venda de imobilizado - partes relacionadas	(399)	(1.381)
Valor residual na baixa de imobilizado	(7)	(7)
Reversão (constituição) de provisão para contingência	-	(93)
Outros ganhos (perdas)	(7)	(6)
	<u>(14)</u>	<u>513</u>

23 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2024 e 2023.

	Nota	31 de março de 2024		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	9		38	38
Partes relacionadas	11	-	16.467	16.467
Outros ativos		-	129	129
Total de Ativos		-	<u>16.634</u>	<u>16.634</u>
Passivos				
Fornecedores	14	-	983	983
Total de Passivos		-	<u>983</u>	<u>983</u>

	Nota	31 de março de 2023		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	9	-	85	85
Partes relacionadas	11	-	17.714	17.714
Outros ativos		-	25	25
Total de Ativos		-	17.824	17.824
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	14	-	1.339	1.339
Total de Passivos		-	1.339	1.339

b. Determinação do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo.

Em nenhum exercício, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Companhia.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Contraparte	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e equivalente de caixa	Bancos diversos	38	85
Outros ativos	Diversos	129	25
		<u>167</u>	<u>110</u>

A Companhia utiliza o histórico de inadimplência global para a constituição dessa provisão, o que corresponde a títulos vencidos há mais de 90 dias que indicam que os clientes não devem conseguir pagar seus saldos pendentes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Este risco está 100% gerenciado pela Companhia, que assume uma abordagem na administração de liquidez, garantindo que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão do fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores	983	1.339
	<u>983</u>	<u>1.339</u>

A seguir, estão demonstrados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de março de 2024	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	983	983	-	-
	<u>983</u>	<u>983</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

31 de março de 2023	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	1.339	1.339	-	-
	<u>1.339</u>	<u>1.339</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP e TR.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/03/2024	31/03/2023
Ativos financeiros		
Bancos conta movimento	38	85

Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e ainda evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Documentação de controles e procedimentos;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Acompanhamento mensal do Budget; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.
- Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números da controladora e consolidado:

	31/03/2024	31/03/2023
Total do passivo	1.972	1.972
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(38)	(85)
(=) Passivo líquido (A)	<u>1.934</u>	<u>1.887</u>
Total do patrimônio líquido (B)	52.637	52.637
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	3,67%	3,58%

24 Compromissos assumidos

(ii) *Contratos de venda de energia elétrica*

Conforme contratos celebrados há o compromisso de venda de energia elétrica de 58,5 MWh para safra 2024/2025.

25 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos em poder de banco.

26 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

27 Seguros

A Companhia busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de março de 2024 a Companhia entende que as coberturas contratadas estão adequadas para o porte de suas operações.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

CEO, Vanderlei Aduino Caetano

CFO, Marcelo Pio Bertoleti

Contador, Celso Meneguesso Junior

---*---